

QUESTÕES SOBRE GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS

Josefa Lusitânia de J. Borges*
Maria Helena Santana Cruz**

Resumo

Dada à centralidade do debate sobre gênero na contemporaneidade, buscou-se apreender no âmbito da formação as particularidades e singularidades observadas no campo do Serviço Social, destacando o lugar que a categoria gênero ocupa no contexto da formação. Para tanto foi realizada revisão bibliográfica relativa às categorias gênero, identidades, formação profissional em Serviço Social e pesquisa documental, a fim de identificar o modo de incorporação e o lugar que os estudos de gênero ocupam no Projeto Político Pedagógico na grade curricular do curso Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os dados revelam ausência da transversalidade do gênero enquanto uma disciplina no processo de formação profissional dos assistentes sociais da UFS, mas, paradoxalmente, o que se verificou foi um expressivo número de pesquisas relativas à categoria gênero e isso é uma mediação importante no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Serviço Social. Gênero. Formação.

Abstract

Given the centrality of the debate on gender in the contemporary world, we sought to understand within the scope of training the particularity and singularities observed in the field of Social Work, highlighting the place that the gender category occupies in the training context. For this purpose, a bibliographic review was carried out on the categories gender, identities, professional training and Social Work and documentary research in order to identify the mode of incorporation and the place that the studies of gender occupy in the Political Pedagogical Project in the curriculum of the Social Work course. The data reveal a lack of gender mainstreaming as a discipline in the vocational training process of UFS social workers, but paradoxically, what happened was an expressive number of studies related to the gender category and this is an important mediation in the teaching process –learning.

Keywords: Social Service. Gender. Formation.

* Pós-doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (Bolsista/CAPES) e Professora colaboradora do PROSS. Doutora e Mestre em Educação com estágio doutoral na Universidade do Porto (U.P) - Portugal. Membro dos Grupos do CNPq: Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS); E-mail: lusitaniaborges@gmail.com.

** Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe. Pós-Doutorado em Sociologia da Educação, Doutora e Mestra em Educação (UFBA). Coordena o Grupo do diretório de Pesquisa do CNPq: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. E-mail: helenacruz@uol.com.br.

Introdução

Parte-se da compreensão de que o mundo do trabalho, assim como o mundo da formação, são espaços excepcionais de formação identitária, portanto, para fins deste texto far-se-á um debate sobre como vem se processando a incorporação dos estudos de Gênero no âmbito da formação no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Concebe-se que as identidades são construídas e reconstruídas ao longo das trajetórias de vidas dos sujeitos, em relação com o contexto econômico, sócio histórico, mas também tem relação com a sua subjetividade, ou seja, com o modo como cada sujeito singulariza e vivencia suas experiências, introjeta sentimentos, valores e hábitos, ou ainda, isso significa que tem relação com sua história de vida.

Pensar a formação é também pensar a construção da identidade profissional no Serviço Social, um campo constituído *majoritariamente por mulheres desde a sua origem, como também no atendimento das demandas de usuárias (os)*. Neste sentido, no âmbito da formação *questiona-se em que medida a incorporação de gênero tem contribuído para a construção de novo perfil profissional?* A questão de gênero é considerada um tema transversal no objeto da formação profissional. Isto porque a transversalidade dos estudos de gênero na formação das/os assistentes sociais tem relação com as opções e objetivos políticos presentes no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Sua efetividade e inclusão nos processos de formação em curso incidem para sua concretização. Nesse sentido, a ausência dos estudos de gênero como uma disciplina obrigatória traz questionamentos sobre a qualidade da formação, da construção e reconhecimento da identidade profissional deste profissional.

Um dos princípios presentes no citado Código de Ética Profissional enfatiza: “exercício do Serviço Social, sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”. Em outro fundamento é possível observar também: a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA. In BONETTI *et al.*, 2001, p. 218).

Para compreender a influência das questões de gênero no âmbito da formação e sua relação com a construção da identidade profissional dos graduandos em Serviço Social é preciso apreendê-las no campo das relações de poder, das determinações e das relações sócio-históricas. Para Dubar (2003), “[...] a escolha de um tipo formação (‘modelo pedagógico’), ou seja, o modo como se orienta a grade curricular, os conteúdos, a interação aluno-professor e o objeto de estudo (Grifo meu) conduz a um processo de legitimação de forma identitária correspondente e de deslegitimação de outras [...]” (DUBAR, 2003, p. 51 Apud BORGES, 2014, p.29).

Tanto o gênero como a educação são categorias chave para a compreensão do modo como vem se construindo a identidade profissional desses profissionais, pois, elas interagem e se influenciam reciprocamente mediadas por contextos políticos, culturais, econômicos, sócio-históricos permeados por relações de poder. Elas também se fazem presentes nos contextos de trabalho desses futuros profissionais, exigindo, portanto, o reconhecimento de que “[...] o gênero tem se configurado como uma das expressões marcantes de injustiça e desigualdades reinantes no país, ou seja, como uma das expressões da “questão social” [...] (MOREIRA *et al.*, 2006, p. 5), objeto de trabalho dos/as Assistentes Sociais.

Cabe salientar que é na relação entre o mundo da formação e o mundo do trabalho que a identidade profissional vai se construindo e reconstruindo, portanto, é necessário reconhecer “[...] o papel social da educação, ou especificamente da relação entre o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana vem marcado por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas” (FRIGOTTO, 2003, p. 29 Apud BORGES, 2014, p. 28). Neste sentido, pensar o processo de construção da identidade profissional das (os) assistente sociais no âmbito da graduação requer o reconhecimento do seu pertencimento ao coletivo de mulheres trabalhadoras, articulando o gênero como parte constitutiva dos fundamentos da profissão. Assim sendo, não se pode prescindir de debater o seu lugar na divisão sócio-técnica e sexual do trabalho, tanto quanto se faz necessário reconhecer as questões de gênero que lhes são inerentes.

Ademais, como esclarece Cruz,

pensar sobre a produção de identidades e subjetividades construídas no ensino superior implica em investigar com a formação – em suas múltiplas dimensões – vem generificando os sujeitos escolares. A universidade, a escola, assim como outras instituições da sociedade, ao expressarem relações de gênero também são generificadas. E, sob esta condição, a universidade também (e não apenas reproduz) preconceitos, desigualdades, posições hierárquicas e normativas em seus múltiplos processos. O que a história conta é que as diferentes sociedades em diferentes tempos têm inventado e reinventado sofisticados mecanismos que prescrevem e inscrevem como devem ser e se comportar os sujeitos. Estes dispositivos historicamente contingentes – em suas permanências e discontinuidades – constituem sujeitos, produzem identidades étnicas, sexuais, raciais e de classe, de gênero, *identidade profissional* (Grifo meu) entre outros e, em seus efeitos e resultados, acabam instaurando posições hierárquicas e, portanto, relações desiguais entre os sujeitos (CRUZ, 2012, p. 208).

Dada a centralidade do debate sobre gênero na contemporaneidade, a pretensão volta-se para apreender no âmbito da formação as particularidade e singularidades observadas no campo do Serviço Social, destacando o lugar que a categoria gênero ocupa no contexto da formação e sua influência na construção e ou reconstrução indenítia. Sabe-se que.

[...] a formação é essencial na construção das identidades profissionais porque facilita a incorporação de saberes que estruturam, simultaneamente, a relação com o trabalho e a carreira profissional. Quanto mais um indivíduo se identificar com uma ‘forma identitária’ coerente, mais dificuldade tem de mudar [...] (DUBAR, 2003, p. 51).

Caminho metodológico

Ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre o objeto de pesquisa, o investigador dispõe de diversos instrumentos metodológicos. Sendo assim, em coerência com o objeto (difusão do conhecimento sobre gênero no Curso de Serviço Social da UFS), a opção metodológica recaiu na pesquisa qualitativa do tipo documental, buscando identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipótese de interesse. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). Neste sentido, foram consultadas várias fontes, tais como: Projeto Ético-Político, Projeto Pedagógico, Ementas das disciplinas da grade curricular, monografias de Conclusão de Curso produzidas por alunos do Curso de Serviço Social (DSS/UFS) no período compreendido entre 2010-2016.

Cabe ressaltar que a análise documental fornece componentes capazes de identificar nas particularidades da realidade em questão como se apresentam a linguagem, os códigos, as regras e os caminhos assumidos para guiar a formação profissional.

A Formação, o Gênero e a Identidade Profissional.

O conhecimento é apreendido enquanto uma necessidade humana que se constitui no interior das relações sociais. A formação pressupõe um processo de influência mútua na qual os indivíduos, ao interagirem com a realidade histórica, se reconhecem na qualidade de sujeitos individuais e sociais, ao tempo em que a transforma produzindo saberes e intervindo criticamente (BORGES, 2014). Compreende-se que o processo de formação é permeado pela existência de uma dimensão tanto objetiva quanto subjetiva; é tanto uma formação geral como profissional e política, o que reafirma o seu aspecto histórico e social e sua relação com o trabalho. Conforme Deluiz,

o termo ‘formação’ tem, portanto, um sentido multidimensional, que ultrapassa os limites estreitos do mundo do trabalho, significando o processo de conscientização através do qual o homem – pela realização de suas qualidades e capacidades (intelectuais, morais, físicas, estéticas) – se situa no conjunto da sociedade e da cultura, aí atuando e participando criticamente (DELUIZ, 1995, p. 178).

Nessa linha de reflexão, ressalta-se que é a partir dessa compreensão que a formação para o Serviço Social é aqui defendida e, sendo assim, isso significa dizer que o ensino nesse campo não deve prescindir, conforme sinalizam Moreira *et all* (2006) da

análise histórico-crítica das relações de gênero; a interface do gênero com outras formas de dominação-exploração; a particularidade de gênero na origem das profissões e na construção da sua identidade (GRIFO MEU); o trabalho feminino; a violência de gênero; a busca da equidade de gênero nas políticas sociais; as metodologias de pesquisas com as mulheres (como as biografias e as histórias de vida) [...] (MOREIRA *et all*, idem, p. 8).

Compreende-se que a Educação, particularmente no âmbito da formação profissional em Serviço Social, constitui um momento privilegiado de socialização dos profissionais da área. Logo, as questões de gênero, a identidade feminina da profissão e a imagem social a ela vinculada necessariamente precisam estar presentes, problematizadas nos conteúdos apreendidos nos processos de profissionalização da categoria.

Conforme sinaliza Ramos (2006), profissionalizar significa formar sujeitos para viverem do fruto do seu trabalho, mas também significa ter clareza que essa inserção desenvolve no sujeito uma identidade sócio-profissional que se constrói pelo partilhamento de regras socialmente pactuadas.

Ressalta-se a importância de se fortalecer os estudos de gênero com vistas à construção identitária. Conforme Iamamoto (2001, p. 105), “a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade [...]”. Ademais, acrescenta a autora:

[...] A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação nitidamente minoritária no conjunto da categoria profissional no país. Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, exercícios de funções menos qualificadas, etc) [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 104).

Faz-se necessário enfatizar que as discriminações de gênero se sedimentam em relações de poder e, portanto, não se restringem às fronteiras profissionais, tampouco o seu enfrentamento e a reconstrução da identidade desse profissional se limitam ao mundo da formação, ou seja, ela precisa ser enfrentada também, entre outros lugares, no mundo do trabalho.

Compreende-se que a Educação é *locus* privilegiado do processo de socialização e o Serviço Social na contemporaneidade vem passando por transformações que exigem um novo perfil profissional, uma vez que o seu objeto de trabalho vem apresentando novas expressões da questão social e seu enfrentamento requer desse profissional, além dos conhecimentos técnicos, uma formação crítica, ética, reflexiva e propositiva na sua relação com a sociedade.

Na interação com o outro e com o objeto do seu trabalho, necessariamente o (a) assistente social deverá incorporar dimensões teórico-metodológicas de modo articulado com as categorias classe social, trabalho, gênero, etnia/raça e orientação sexual, com a devida atenção para não ocorrer a sobreposição em demasia, do estudo de uma dessas categorias em relação às demais. Isso possibilitará a ampliação da leitura da realidade, análise e intervenção sobre o seu objeto de

trabalho. Significa também, a possibilidade de conhecimento e afirmação da sua própria identidade.

Lisboa (2010), ao debater sobre o que ela denomina de “desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero” (p. 67), parte da pressuposição que:

[...] o processo de consolidação do Serviço Social no Brasil e na maioria dos países da América Latina foi palco de forte submetimento e ‘sujeição’ a um tipo de saber eurocêntrico e etnocêntrico que deixou marcas profundas na profissão [...] (LISBOA, 2010, p. 67)

E tais marcas ainda persistem na imagem social da profissão, na medida em que a ideia de uma “profissão de ajuda” vocacionada às mulheres, ou seja, a ajuda como parte da essência feminina ainda perdura na sociedade atualmente.

Para Bourdieu

[...] As mulheres, que tiveram sua subjetividade feminina construída a partir desses atributos, encontram sua ‘vocaçãõ’ nessas profissões, pois estas remetem a valores que lhes foram ensinados ao longo da vida. (BOURDIEU, 1999 *apud* LIMA, 2006, p. 47).

Nessa linha de reflexão, em que pese os avanços vivenciados pelo posicionamento crítico do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir dos anos de 1960, com base em novos fundamentos teórico-metodológicos, para romper com práticas profissionais tradicionais, na contemporaneidade ainda se observam barreiras com relação ao seu reconhecimento profissional. Consequentemente registram-se, a posteriori, o rompimento com funcionalismo positivista, a admissibilidade do pluralismo na constituição da profissão, atrelados à promulgação do novo código de ética de 1993, a reforma curricular de 1996 imprimindo uma nova forma de ler e intervir na realidade.

Compreende-se que o Serviço Social, assim como outras profissões, faz parte da divisão sexual do trabalho e, portanto, passa por processos de dominação, subordinação, discriminação e correlação de forças, os quais devem também ser entendidos a partir da perspectiva dos estudos de gênero. Ademais, reconhecê-lo como trabalho em serviço permite entender que existe uma divisão sexual nesse setor que segmenta as profissões femininas relegando a estas, predominantemente o “trabalho social” e, relacionando o mesmo ao baixo estatuto das profissões a elas

relativas. Em outras palavras, é importante destacar que os estudos de gênero permitem revelar:

Que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (BRITO e OLIVEIRA, 1997, p. 252).

Em razão da fragilidade da democracia brasileira e do papel desempenhado pelo Estado nas políticas sociais observa-se que os direitos sociais ainda encontram-se no imaginário popular e no cerne do sistema político brasileiro atrelados à ideia de bem-estar. Sobretudo, no âmbito da política de assistência social confunde-se a assistência com a própria gênese histórica do Serviço Social. Melhor dizendo, mesmo com os avanços tanto concernentes à profissão quanto àqueles relativos ao reconhecimento da assistência social como política pública de direito, esta é muitas vezes ainda confundida como sendo a profissão em si. Em consequência, observa-se distorção entre o que é direito e o que é ajuda, e, a “ajuda é percebida como sinônimo de feminino”, desprovida de conhecimentos técnicos. Este fato respinga, também, na identidade profissional dos (as) assistentes sociais, acrescida da ideia que este profissional trata de direitos de ‘terceira categoria’ destinados para aqueles que ‘vivem à margem’ da sociedade. Assim sendo, não requer, necessariamente, uma intervenção técnica.

Autores como Lima (2006) e Fonseca (2009) consideram que

No tocante à área de assistência social, observa-se que a mesma se conserva como ‘gueto’ ocupacional de mulheres, revelando estruturar-se de acordo com a tradição de privilegiar a mão-de-obra feminina nas atividades assistenciais, sejam elas desempenhadas por profissionais de Serviço Social, nutricionistas ou atendentes de enfermagem, de creche e de refeitório (grifos nossos). (FONSECA, 2000, p.93-95 *apud* LIMA, 2006, p.54).

As percepções estruturadas no imaginário social precisam ser integradas ao contexto sócio-histórico e político na relação com o Estado, com a formação profissional e o trabalho do assistente social nos aspectos técnico-científicos, éticos-políticos. Conforme Yamamoto (2008) o assistente social é um trabalhador que atua no processo de produção e reprodução das

relações sociais. Assim, é preciso considerar que suas práticas cotidianas são permeadas por relações de poder e saber-poder, frente ao crescimento e fortalecimento das contradições estruturais na contemporaneidade que incidem na construção das identidades profissionais (BORGES, 2014).

O enfoque sobre as identidades profissionais deve considerar que o processo de socialização tanto pode ser *construído* como *reconstruído*, o que significa dizer que é necessário considerar a forma como os atores se identificam uns com os outros, associada à definição do contexto de ação, *de definição de si e do outro*. (DUBAR, 2005 *apud* BORGES, 2014).

[...] A socialização se torna um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade (principalmente profissional) que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a torna-se ator (DUBAR, 2005, p. XVII *apud* BORGES, 2014).

Em vista do exposto, é preciso dar enfoque às discussões de gênero nos cursos de Serviço Social, pois “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o primeiro modo de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p.14) é, portanto, também um elemento constitutivo da identidade profissional, tanto quanto o seu conhecimento é necessário para a compreensão dos fenômenos sociais.

A análise do Serviço Social como profissão feminina permite compreender o peso das identidades profissionais e identidades de gênero, na perspectiva da abordagem da segregação das profissões segundo o gênero (WALBY, 1990). Da estereotipia de gênero nas identidades pessoais e das profissões femininas construídas em contextos sociais e históricos determinados, na relação com a evolução das reformas sociais e do próprio Serviço Social – dimensões mais estruturais das políticas sociais e da construção da profissão do Serviço Social (CURRAN e ABRAMS, 2004 *Apud* ALVES, 2009, p. 22).

Nessa linha de reflexão, cabe enfatizar que,

os sistemas de gênero/sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas (BARBIERI, 1993, p. 4 *apud* LIMA, 2014, p. 51).

Assim, considerando que os sistemas de gênero se configuram como um conjunto de representações, frisa-se que tais representações devem ser compreendidas como uma rede de ligações com o mundo, com nós mesmos, uma vez que as experiências constroem as representações e a identidade. Nessa perspectiva, a representação não é somente social, é também singular. Desse modo, se a identidade do Serviço Social se constitui e funciona num sistema de relações sociais, sua *representação* pressupõe crença e valores que estão presentes nessas relações como formas de conhecimento e de significados que fazem parte do processo de criação e manutenção de identidades sociais de grupos.

A representação constitui uma forma de conhecimento prático e sistemas de *diferenciação* que orientam a comunicação e o comportamento entre as pessoas (BORGES, 2014). Seguindo esse ângulo de análise reafirma-se a necessidade de fortalecer a incorporação da categoria gênero nos conteúdos de ensino e aprendizagem do curso de Serviço Social da UFS. A partir do gênero, se pode perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

O Lugar do Gênero na Graduação em Serviço Social da UFS

O debate sobre a formação profissional requer uma interlocução em reciprocidade com as mudanças contemporâneas, ou seja, requer a necessidade de responder as requisições do mercado de trabalho, tanto quanto deve formar sujeitos críticos capazes de perceber as contradições postas nesse mesmo mercado, analisar, questionar e intervir sobre a realidade de modo crítico e propositivo.

[...] como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica e *sexual* (Grifo meu) do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda [...]. (IAMAMOTO, 2008, p. 172).

Em outras palavras ressalta-se a importância de que o Projeto Pedagógico (PP) do curso de graduação em Serviço Social da UFS esteja em consonância com as demandas sociais. Nesse sentido, a partir da análise do

referido Projeto Pedagógico, foi possível verificar que a estrutura curricular do curso está sedimentada nos três núcleos que fundamentam a formação, ou seja, conforme preceituam as mudanças aprovadas pela reforma curricular de 1996, quais sejam:

I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social [...];

II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais [...];

III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado [...]. (BRASIL, 2010).

Os três eixos são inter-relacionados, portanto, complementares e não obedecem nenhuma ordem hierárquica conforme sinalizam outros estudiosos, e se constituem como linhas que direcionam a formação profissional. Desse modo, Lima (2014) defende que

é justamente dentro deste 3º núcleo que, a nosso ver, devem se dar as discussões mais aprofundadas sobre as relações sociais de gênero, contudo, isto não significa que tais discussões devam estar ausentes dos outros dois núcleos, pois só a sua presença nos três eixos possibilitaria o alcance da transversalidade de gênero defendida no processo de formação (Grifo meu) (LIMA, 2014, p. 7).

Nessa perspectiva, conhecer os fundamentos da vida social, conforme posto no núcleo I – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social – requer, também, uma leitura que possibilite reconhecer que o ser mulher ou ser homem é uma construção tanto social como cultural permeada por relações de poder, portanto, a sua compreensão demanda a articulação de diversas categorias de análise, entre elas, o gênero. Da mesma forma, também os estudos relativos ao núcleo II – Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira – não prescindem de uma leitura que possibilite apreender a relação entre o patriarcado e o capitalismo e sua incidência nas relações de exploração de classe e dominação de sexo, gênero, raça/etnia que influenciaram a formação da sociedade brasileira.

Todavia, cabe sinalizar que na análise dos componentes curriculares do referido projeto, ora em

análise, não se encontrou na disposição das disciplinas que constituem os três núcleos - a disciplina relativa às relações de gênero. Ou seja, a mesma não se apresenta enquanto uma disciplina obrigatória, evidenciando-se, portanto, uma lacuna na compreensão das dimensões que constituem a questão social, objeto de trabalho dos assistentes sociais tanto quanto para construção da sua identidade profissional. A referência ao gênero enquanto um dos componentes curriculares aparece naquilo que é denominado Núcleos Temáticos, conforme pode ser visto no art. 12:

Art. 12. Os Núcleos Temáticos do Departamento de Serviço Social são instâncias acadêmico pedagógicas que aglutinam diversos componentes curriculares e atividades correlatas tais como: projetos de pesquisa e extensão, oficinas de pesquisa, estágio supervisionado, monografias (de graduação e de pós-graduação), laboratórios, núcleos de pesquisa e outros grupos que venham a se constituir no DSS (BRASIL, 2010).

Os nomeados núcleos temáticos dizem respeito a uma série de atividades que podem se referir à atividade de extensão, como também à proposição de núcleos de pesquisas, entre outras atividades. Para tanto, “§ 2º Os Núcleos Temáticos são os seguintes: I. Núcleo I - Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social; II. Núcleo II - Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Relação de Gênero” (BRASIL, 2010). Assim, diante do exposto, buscou-se identificar se a temática Relações de Gênero, conforme posta no “Núcleo II - Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Relação de Gênero”, estaria presente no currículo complementar que compõe as disciplinas optativas do PP, constatando-se a sua ausência. Também foi possível apurar que nas ementas das diversas disciplinas existentes que compõem o PP não há a menção à categoria gênero de modo transversal.

Cabe mencionar que a partir da compreensão dos referidos núcleos temáticos como instâncias pedagógicas que possibilitam adentrar diversos componentes curriculares, de modo flexível, verificou-se na grade das disciplinas do Departamento de Serviço Social (DSS) a oferta da disciplina optativa “Relações de Gênero e Serviço Social” com 4crs - (60h) nos anos de 2013/1, 2013/2 e 2014/1. Entretanto, a mesma teve presença apenas em três semestres no período compreendido entre os anos 2010, ano de aprovação do PP e, em 2016, após três anos da sua homologação. Nesse período é importante registrar a ocorrência de aposentadorias de algumas docentes e

pesquisadoras da questão de gênero do curso de Serviço Social, favorecendo a descontinuidade da oferta da disciplina e o desenvolvimento de pesquisas na área.

A flexibilidade curricular na construção dos projetos pedagógicos de Serviço Social por parte das instituições de ensino superior, a exemplo dos denominados ‘Tópicos de Estudos’ de caráter não obrigatório e flexível que substituem as ementas das disciplinas, conforme Iamamoto (2014), resulta do cerceamento realizado pelo Ministério da Educação e Cultura que suprimiu o currículo mínimo por diretrizes curriculares mais flexíveis no ano de 2001, período em que foi homologada.

Em pesquisa realizada por Lima (2014), no ano de 2011, junto às instituições públicas e privadas sobre as discussões de gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil, a autora sinaliza que:

Os dados analisados mostram que, na maioria das universidades do Brasil as disciplinas que tratam da temática de gênero se dão predominantemente de forma eletiva, ou seja, os/as discentes podem terminar o curso de Serviço Social sem cursá-las. Quando são ofertadas o são a partir do 5º período do curso, mas há muitas universidades nas quais a oferta só se dá no 7º ou 8º período, ou seja, os/as discentes já têm passado pela experiência do estágio curricular obrigatório. Deste modo, as questões de gênero, raças/etnias podem passar despercebidas aos discentes, pois a formação profissional no Serviço Social enfatiza a questão das classes sociais, mas por vezes, esquece-se que, ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mediações importantíssimas a serem problematizadas no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 48)

Assim, em vista do exposto e, em conformidade com o pensamento da autora e de outros pesquisadores, reafirma-se que a categoria gênero deve ocupar maior centralidade no âmbito da formação do Assistente Social, pois,

[...] Por atuar sobre a produção e reprodução das relações sociais, e por serem estas relações constituídas também pelo gênero, acredita-se que esta categoria deve ocupar o seu devido lugar, junto à formação em Serviço Social, lugar este que lhe permita ser utilizado como poderoso instrumento que é para a problematização e desvendamento das relações sociais, e por isso mesmo, potencializador das análises sobre as quais a/o assistente social deve se pautar durante o seu exercício profissional (VELOSO, 2000, p. 17 *apud* FAURY, 2003, p. 113).

Em relação ao conteúdo programático da disciplina eletiva Relações de Gênero e Serviço Social do DSS da UFS observa-se, a seguir, no quadro 1, que o mesmo faz referência ao movimento feminista, a questão de

gênero com questão social, a inserção do gênero nas políticas sociais, as matrizes teóricas nos estudos da mulher a exemplo do patriarcado, divisão sexual do trabalho, gênero e Serviço Social, entre outros conteúdos.

Nessa direção, ressalta-se que tais escolhas têm relação com o modelo de formação em curso e os fundamentos teórico-metodológicos nos quais está sedimentada.

Quadro 1 – Ementa da Disciplina Relações de Gênero e Serviço Social - DSS

O feminismo – antecedentes históricos. A questão feminina como questão social. O feminismo na encruzilhada da modernidade. Feminismo e o ponto de vista marxista. Os marxistas modernos e a elaboração teórica da questão feminina. Matrizes teóricas nos estudos da mulher: patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero. Abordagens da subjetividade e construção da identidade de gênero. Igualdade e diferença. O público e o privado. A construção da cidadania feminina. Inserção do gênero nas políticas sociais. Ações afirmativas. Estudos empíricos: gênero e serviço social.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA, 2017).

A ausência da transversalidade do gênero de modo mais contundente no processo de formação profissional dos assistentes sociais da UFS representa uma preocupação na medida em que os educandos “[...] deixam de conhecer uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social” (LIMA, 2014, p. 58).

Ademais, tais ausências no processo formativo incidem na construção da sua identidade profissional, pois se compreende que os pressupostos e a estrutura do modelo de formação incidem sobre questões relativas ao processo de socialização dos profissionais, e estas impactam na construção identitária das(os) profissionais, haja vista a sua identidade de gênero.

Conforme as fontes analisadas, observou-se um expressivo número de pesquisas relativas à categoria gênero realizadas pelos graduandos em Serviço Social da UFS nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), totalizando até o momento desta pesquisa, um total de 61 estudos. A primeira dessas pesquisas foi registrada em 1997, duas nos anos de 1999 e as demais entre os anos de 2000 a 2015, conforme dados obtidos no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/ UFS, 2016). Esses dados evidenciam ainda uma tímida

aproximação com a temática nos de 1990 e, tal acontecimento não se dá de modo isolado. De acordo com Faury (2003), durante os anos de 1990,

[...] muito embora os estudos de gênero em Serviço Social tenham aumentado consideravelmente - no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado em Brasília, no final de 2000, representaram 10% de um total de 230 trabalhos apresentados (ABEPSS,2000) - nem sempre foi assim. Estudo de Silva (1999, p. 14) que versa sobre a publicação de textos da revista ‘Serviço Social e Sociedade’ e a sua contribuição na construção do Serviço Social brasileiro mostrou que o volume de trabalhos que tratam sobre os temas: movimento de mulheres, feminismo ou mulher é bastante reduzido. Entre 1979 e 1989, de um total de 285 trabalhos, o tema abordado (movimento de mulheres/feminismo), com um total de 3 trabalhos, representou 1,05%. Na década de 90, de um total de 321 artigos, o mesmo tema, com um total de 7 trabalhos, representou 2,18%. Além disso, os próprios documentos de divulgação dos cursos de Serviço Social não abordam o assunto, nem aventam a possibilidade de que esta área temática possa ser objeto de atuação do Serviço Social (FAURY, 2003, p. 111).

A temática sobre gênero vem sendo desenvolvida no contexto da formação em Serviço Social da UFS, sobretudo ligada à pesquisa, ou seja, ela vem se dando no âmbito da dimensão investigativa; e isso, traz positivities na medida em que significa tanto uma mediação importante no processo de ensino-aprendizagem, tanto quanto significa, por outro lado, o reconhecimento que tais questões são pertinentes e se fazem necessárias para ampliar o conhecimento sobre seu objeto de trabalho, o que pode ser evidenciado pelo interesse tanto de alunos como de professores de investigarem questões relativas ao mesmo.

Portanto, esses dados só reafirmam a necessidade preeminente da constituição do gênero como uma disciplina obrigatória no curso, a fim de que a mesma propicie aos discentes uma maior fundamentação sobre o tema. No cotidiano do trabalho na experiência docente, em orientações de TCC, observou-se que os alunos reconhecem e têm interesse em pesquisar a temática, mas pela ausência de fundamentação anterior, muitos se sentem inseguros em adentrar nesse campo no momento de conclusão do curso. Este fato reafirma a importância dos esforços em atrelar o ensino e a pesquisa sobre os estudos de gênero.

Examinando essa questão, Pierre Bourdieu (1983) salienta que esse processo, por ele denominado de formação de um campo científico, questiona a acumulação de conhecimentos que, após um dado estágio, se consolidam e se firmam como verdades finais. Atingir este estágio, com frequência, implica

excluir explicações concorrentes, eliminar antigas tradições, negar verdades anteriores. Isso pode ser entendido como aquilo que Eric Hobsbawm chamou de invenção das tradições. Neste movimento, histórias são apagadas, contribuições são ressaltadas, temas são privilegiados, pessoas são esquecidas, incorporadas ou eliminadas. Aqui, também, métodos de pesquisa são considerados mais eficazes, teorias mais iluminadoras e conceitos mais ou menos adequados. São também construídas novas categorias explicativas e o próprio campo de conhecimento é redefinido em seu conteúdo e nomenclatura. O campo dos estudos sobre o feminismo e gênero no Brasil não foge a essa caracterização, especialmente quando se pensa nos esforços de sua modelação realizados nessas últimas décadas.

Em relação a essa discussão, vale lembrar que no esforço de formação e legitimação dos estudos contemporâneos sobre a questão de gênero, está presente a necessidade de demarcação de um lugar especificamente seu. Menos do que uma postura individualista ou a busca por uma posição de destaque no conturbado mundo acadêmico, essa parece ser uma estratégia que, a despeito dos seus problemas, se apresenta como uma das poucas disponíveis para o reconhecimento das questões particulares que circundam e estão no centro da abordagem do feminismo e gênero para o fortalecimento da legitimidade dos estudos em torno delas. O desenvolvimento desses estudos vem contribuindo para definir posições nos diferentes espaços acadêmicos, permitindo identificar com quais outros campos eles poderão, de forma proveitosa, associar-se.

A academia, assim como qualquer outra organização, está cheia de contradições – as estruturas são ao mesmo tempo fixas e voláteis, permitem e limitam. É importante considerar se os estudos de gênero requerem mudanças mais amplas na academia. As relações de poder assimétricas formam a cultura organizacional, e esta reforça a opressão de gênero, classe e raça. Isto é muito significativo em termos do papel das feministas como agentes de mudança na academia, e levanta questões de como as mulheres medeiam os efeitos das políticas e criam uma diferença nas organizações. A associação com os estudos de gênero numa cultura organizacional de gênero pode

servir para fortalecer a identidade micropolítica das mulheres como “o outro” na academia. (CRUZ, 2007).

O tema das desigualdades e relações de subordinação entre os gêneros introduziu-se no debate social como consequência daqueles movimentos sociais. A constatação da discriminação salarial e a desigualdade na legislação dos direitos civis foram os primeiros problemas denunciados; seguiram-se questões relativas à saúde, aborto, sexualidade e violência. À medida que os problemas eram diagnosticados, foram sendo propostas soluções em diferentes níveis: nas negociações feitas pelos sindicalistas nas propostas à Constituição, em projetos de políticas de saúde, educação sexual e criação de mecanismos estatais para coibir a violência, como as delegacias da mulher. Não se deve esquecer que o movimento feminista (seja este autônomo ou ligado a outros movimentos populares), juntamente com o movimento de trabalhadores, e mais recentemente o movimento ecológico, visa a reconstruir a participação humana democrática, a tolerância e a fraternidade entre as diferenças em prol do objetivo comum de igualdade, numa forma de cidadania o mais amplamente incluyente. Novas desconstruções e reconstruções continuaram e continuarão a ser realizadas, abordando e resgatando diferentes dimensões de várias biografias.

Em setembro de 1992, pesquisadoras e pesquisadores sergipanos (sobretudo do curso de Serviço Social), que desenvolviam estudos sobre a temática da condição feminina em Sergipe, foram convidados, através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero – NEIM, Órgão Suplementar da UFBA, a apresentar suas Pesquisas e discutir a proposta de criação de uma rede de estudos que congregasse os diferentes núcleos e pesquisadores do Norte e Nordeste, visando a desenvolver intercâmbio e avanços teórico-metodológicos, em estudos dessa natureza¹. Desse e nesse primeiro encontro, nasceu a REDOR – Rede Feminista Norte Nordeste e Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero. Ela surge, exatamente, para aglutinar e dar visibilidade às (aos) pesquisadoras(es) da temática nestas duas regiões, isoladas(os) e excluídas(os) das

¹ Esse processo foi coordenado por Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Barcellar Sardemberg, que exerceram e ainda exercem um papel fundamental na articulação e divulgação da REDOR.

esferas culturais hegemônicas concentradas no Centro-Sul do País, constituindo-se, desde seu primeiro momento, em um espaço de produção, troca de conhecimento, estímulos e afetividade.

Nessa trajetória, juntamente com a filiação à REDOR, foi fundado em 1992 na UFS, por iniciativas das professoras Maria Helena Santana Cruz, Amy Adelina C. de Farias Alves, Ana Maria Vasconcelos Gonçalves e Beatriz Gois Dantas, inseridas nas áreas de Serviço Social e Educação - o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG). Os seus objetivos dizem respeito à necessidade de implementar a produção teórico-metodológica dos estudos de gênero no estado de Sergipe. Além de estimular a capacitação, vem cumprindo a função de agregar estudiosas (os), objetivando desenvolver pesquisas, publicações e ações no direcionamento da equidade de gênero no Estado, ensejando a possibilidade de novas propostas de intervenção social na área.

É importante ressaltar, desde então, a inserção e o pioneirismo de professores do Departamento de Serviço Social da UFS com a produção científica relacionada inicialmente com a mulher e posteriormente integrando a abordagem de gênero, um processo fecundo com o início do novo milênio, quando emerge uma onda de revisões nos modelos e padrões de orientação que os indivíduos apresentam na sociedade.

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do NEPIMG/UFS nos diferentes níveis acadêmicos² procuram ultrapassar o foco da análise da questão da mulher, radicada apenas em uma perspectiva ideológica patriarcal, em valores conservadores a respeito de seu papel na sociedade, desde o mercado de trabalho, a família, até a sexualidade, para evitar a acentuação do descompasso entre as transformações sociais e a ótica científica. Em várias áreas da universidade foi se estruturando uma mentalidade inovadora no campo teórico e na pesquisa empírica sobre as relações sociais de gênero. O NEPIMG tem

uma equipe de pesquisadores docentes, além de estudantes de doutorado, mestrado e bolsistas PIBIC e tem desenvolvido vários projetos de pesquisa financiados pela Capes, CNPq, FAPITEC/SE e FAPESSE. Sediou encontro da REDOR em 2002, *sediou* (Grifo meu) em 2016 (FREITAS e CARVALHO, 2015, p. 277).

No quadro 2, é possível observar diversas pesquisas relativas às questões de gênero na sua intersecção com as questões de raça/etnia, sexualidade, saúde e violência, com maior predominância para as pesquisas relativas à relação entre gênero e trabalho.

Quadro 2 - Gênero como temas de TCC do curso de Serviço Social – UFS – 1997-2015

Título	Ano
Política Pública para Mulher em Sergipe	2009
O Trabalho Noturno Industrial: O Caso das Operadoras da Indústria Ribeiro Chaves	2003
O Imaginário e o Real: A Construção do Masculino e Feminino no Trabalho dos Comissionários de Menores/SE	2003
O "Mundo" da Mulher de Presidiário: Por Dentro dos Muros da Prisão	2009
A Questão da Concepção de Família e Gênero na Maternidade: Estudo com um Grupo de usuários das 2ª e 3ª Varas Privativas de Assistência Judiciária da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe	2003
Economia Solidária: Uma Análise de Gênero nos Empreendimentos Assessorados pela Unitrabalho	2005
Economia Solidária: Gênero e Etnia: Experiência do Grupo de Confecções Elegância/SE	2005
Mulher Presença da Negra na Universidade Federal de Sergipe	2005
Educação Sexual Infanto-Juvenil: Um Desafio, Uma Proposta a País e Educação	1999
As transformações do trabalho e seus impactos nas relações familiares: A mulher chefe de família	2001
Mulheres chefes de família do programa bolsa família: O caso de Carmópolis-SE	2009
Maternidade tardia - Do "Instinto Materno" A "feminilização do trabalho"	2010
A mulher no 6º Batalhão da Polícia Militar	2006
Sexualidade e Serviço Social	1999
Mulheres no mercado de trabalho: o caso da Empresa Lojas Americanas	2002
Gênero e Trabalho no Transporte Coletivo: Um Estudo com cobradoras de ônibus em Aracaju	2004
Ninfeta um Corpo a Venda - a Prostituição na Orla de Atalaia	2004
Saúde e segurança no Emprego Doméstico: O caso das Empregadas Domésticas de Aracaju	2005/2
Papel das Idosas Alunas da Universidade aberta a terceira Idade (UNATISE) nas Famílias Monoparentais	2004
Participação Política: A problemática da Participação das Marisqueiras de Apicum e Porto do Mato em Instâncias representativas da Categoria	2011
O Poder do Batom: A Participação Política de Mulheres nas Eleições Municipais de 2008	2009
"Enquanto Há Vida, Há Esperança" As Representações do Câncer na Vida de Mulheres Mastectomizadas	2004
"O Impacto da Política de Prevenção a AIDS Junto a Mulheres profissionais do Sexo no Município de Nossa Senhora do Socorro"	2005

² Vários pesquisadores do NEPIMG após conclusão de sue doutorados inseriram-se nos programas de pós- graduação em sociologia, educação e serviço social, introduzindo linhas de pesquisa sobre Genero e diversidade, fomentando várias dissertações e teses.

Título	Ano
O Estigma das Mulheres Apenadas e o processo de Reintegração Social em Sergipe	2006/2
Organização Familiar e Educação dos Filhos: A Experiência de Mulheres Detentas e/ou Encarceradas em Socorro/SE	2011
A Organização Política da rede de mulheres Cidadãs Positivas no Enfretamento à AIDS em Aracaju/SE	2011/1
A Visão dos Técnicos do tribunal de Justiça de Sergipe acerca da Homoparentalidade	2009
Alternativas de mercado de Trabalho para os Travestis de Aracaju	2002/2
O Trabalho da Mulher no Cenário da Pesca Um Estudo Comparativo entre as Condições de Trabalho das Marisqueiras de Apicum (São Cristóvão) e da Sede do Município de Pirambu	2011
Violência Contra a Mulher: Representações dos Agressores sobre a reeducação no Centro de referência especializado da assistência Social Maria Pureza Em Aracaju/SE	2011/1
A Difícil "Vida Fácil" Violência Cometida Contra as mulheres profissionais do sexo atendidas pelo "Projeto Belas da Noite"	2009
O programa bolsa família (PBF) representações e perspectivas de mulheres beneficiárias do CRAS Terezinha Meira em Aracaju/se	2011/1
Violência Doméstica e Saúde da mulher na atenção primária	2012
A Lei da notificação compulsória no enfrentamento a violência doméstica contra as mulheres: Desafios para sua efetivação no município de Aracaju/SE	2015/1
A Organização Política das Trabalhadoras domésticas: Os aspectos sócio- históricos da luta sindical em Aracaju/SE	2012/1
"Mulheres Chefes de Família e o mercado de trabalho informal: Uma alternativa de sobrevivência"	2006
Relações de Gênero no Trabalho da Agricultura Familiar no município de Fátima Bahia	2002/1
A Ascensão da mulher na empresa privada: O caso Santista Têxtil Brasil S/A Nossa Senhora do Socorro-SE	2006
Contexto Sócio Econômico e familiar de Mães destituídas do poder familiar	2005
Delinquência juvenil e a questão de gênero em Sergipe	2006
Monoparentalidade Masculina e Cuidado infantil	2006/1
"Eu sei quem sou"	2014/2
Sexualidade na Adolescência: Uma questão para debate	2008/2
"Mercado de trabalho informal e terceira idade: Estudo de Gênero sobre as vendedoras ambulantes em Aracaju"	2006
Abordagem de Gênero sobre a participação de idosos nos grupos de convivência: Uma alternativa para a inclusão social	2007
Possibilidades e desafios da incubação em empreendimentos de economia solidária: O processo na visão das mulheres assistidas	2007/2
Mapeando a violência contra a mulher no CAGV- Centro de apoio aos grupos vulneráveis do município de Aracaju	2008/2
O trabalho feminino no sistema hidroviários dos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros-SE	2006
Violência contra os travestis em Aracaju: Representações e experiências dos sujeitos envolvidos	2011/1
A violência domestica contra a mulher e a rede de proteção de Aracaju	2009
Uma análise da prostituição enquanto trabalho social e historicamente referendado	2009
Contexto sócio- econômico e familiar de mães destituídas do poder familiar	2005
Valores Morais: Uma questão da mulher trabalhadora em relação a educação dos filhos. O caso das mães do bairro cidade nova	2003
Desemprego, chefia familiar e monoparentalidade feminina; implicações sobre a vida cotidiana	2004
Gênero e identidade na formação e exercício profissional de assistentes sociais	2001
As relações de Gênero e o trabalho informal no cotidiano da lixeira da terra dura: espaço de cidadania	2000
Uma abordagem de gênero sobre a experiência de crianças e adolescentes inseridas no PETI bairro santos Dumont em Aracaju	2003
Portadoras (es) do HIV/AIDS: Um enfoque de suas representações	2001

desde o gênero	
Gênero e poder: A inserção da mulher nos espaços dirigentes do MST em Sergipe	2009
Processo de desigualdade social sobre a perspectiva de gênero e raça	2001
Processo de violência nos relacionamentos conjugais sob a perspectiva de gênero	1997
Educação informal e relação de gênero no cotidiano dos professores do departamento de serviço social: construção da cidadania?	2000

Fonte: NEPING, 2017

É possível verificar com base nos dados que somente uma dos TCC faz menção ao debate sobre gênero e identidade no Serviço Social, ou seja, há uma escassez de investigações relativas às questões de gênero em Serviço Social. Esse fato denota que a identidade de gênero da profissão e os significados que ela adquire na divisão sexual do trabalho, tanto quanto o reconhecimento de que os usuários dos seus serviços sempre foi constituído majoritariamente por mulheres ao longo da trajetória da profissão, não despertou o interesse enquanto problemáticas a serem investigados e isso é revelador da ausência dessa problematização no âmbito da formação no DSS da UFS, assim como também fornece subsídios para reafirmar a necessidade de que esse “desencontro” entre os estudos de gênero e o Serviço Social seja superado e, essas questões passem também a ser objetos de estudos futuros, uma vez que compreender como os fenômenos se apresentam nas singularidades locais relacionando-os com a totalidade se constitui um caminho para a produção do conhecimento e a pesquisa se configura, também, como espaço privilegiado para que se amplie e qualifique o debate sobre a profissão.

Considerações Finais

Por fim, cabe dizer a partir do debate elencado nessa reflexão que a transversalidade dos estudos de gênero nos cursos de Serviço Social, na sua articulação com as demais categorias de análise da realidade social é condição *sine qua non* para apreender os fenômenos sociais na contemporaneidade, tanto quanto se compreende que a sua incorporação enquanto uma disciplina obrigatória que permita um maior aprofundamento da temática e sua intersecção com raça/etnia, diversidade sexual entre outras, são questões fundamentais que devem ser consideradas no processo de revisão do PP, pois a formação não pode prescindir da uma rica e ampla articulação entre

as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa para a efetivação do projeto Ético-Político. Para tanto, reconhece-se que para um exercício profissional competente, capaz de apreender a questão social e suas novas expressões e que esteja calcado na defesa da justiça social, da liberdade, da democracia, sem discriminar nem ser discriminado por inserção de classe social, de raça, cor/etnia, gênero, sexo, requer uma sólida e competente formação profissional.

Nessa direção, compreende-se que a Educação, enquanto espaço privilegiado de socialização, deve estar apta para realizar os embates com a sociabilização primária dos educandos para o enfrentamento dos valores morais, a exemplo do preconceito³, que esses sujeitos em formação podem ter adquirido e que por diversas razões podem permanecer em sua vida adulta entrando, portanto, em contradição com o Projeto Ético-Político da profissão e contribuindo para a sua não concretização.

Finalizando, é possível argumentar que a ampliação desse debate apresenta-se necessária, por se constituir um dos temas contemporâneos, em face do qual tanto os governos quanto os setores organizados da sociedade civil se veem na urgência de uma tomada de posição. A profusão de estudos contemporâneos advoga a possibilidade de novos mecanismos de governança em diferentes esferas da vida social, tornando todos corresponsáveis, tendo em vista que todos são alvos das tomadas de decisão, valorizando-se estruturas descentralizadas.

Referências

ALVES, Teresa. Profissões Sociais e Gênero: Perspectivas em torno do debate sobre Serviço Social e Profissões Femininas. In: *Locus Soci@l* 2/2009: 21–28. Disponível em: <http://cesss.fch.lisboa.ucp.pt/images/site/locus-social/locus-social-n2-2009.pdf>. Acesso em: 08/06/2017.

BORGES, J. Lusitânia de J. *Representações do trabalho médico em saúde da família: algumas considerações sobre Brasil e Portugal*/Josefa Lusitânia

de J. Borges; orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2014.275 f.: Il.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Universidade Federal de Sergipe. Resolução Nº 22/2010/CONEPE. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Modalidade Bacharelado, noturno, e dá outras providências.

BRITO, J. ; OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho*, Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social. In: BONETTI, E. A. et al. (orgs). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 209-230.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Petropolis: Vozes, 2008.

CRUZ, Maria Helena de Santana. *Mapeando as diferenças de gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe*. Editora UFS, 2012.

CRUZ, Maria Helena Santana. Feminismo e Gênero – Legitimidade e Organização no Mundo Acadêmico no Espaço Local da UFS. *Cadernos UFS. Serviço Social*, v. 9, p. 129-151, 2007

DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador: Produtividade & cidadania*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 1995.

DUBAR, Claude. Formação, trabalho e identidades profissionais. In: CANÁRIO, R (org). *Formação situações de trabalho*. Porto: Portugal. Porto Editora, LDA, 2003.

FAURY, MIRIAN. Estudando as questões de gênero em serviço social. *ProPosições*. Vol. 14, n.1 (40) - jan./abr.2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643910>. Acesso em: 10/06/2017.

FREITAS, Mayanne J. Tomaz. CARVALHO, Maria E. P. de. Trajetória dos núcleos de estudos da mulher e relações de gênero integrantes da Redor. In: *Espaço do currículo*, v.8, n.2, p. 270-279, Maio a Agosto de 2015.

HELLER, AGNES. *O Cotidiano e a História*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

³ “Um tipo particular de juízo provisório” – HELLER, AGNES (2000).

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Rita de Lourdes de. Gênero e Serviço Social. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. *O lugar de gênero na formação da/o assistente social*. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado em dezembro de 2006, em Recife, Brasil.

MOREIRA, Maria Regina Ávila. LUZ, Lila C. X. SILVA, Marlise V. MIRALES, Rosana.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação - UFRGS, v.20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 5-22.